

Cadernos de História

publicação do corpo discente do Departamento de História da UFOP

Ano I, n.º 2, setembro de 2006

www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria

ISSN 1980-0339

FOLLIS, Fransérgio. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: Unesp, 2004.

Fábio Luiz Rigueira Simão
Mestre em História pela UFJF
fabbiosimao@yahoo.com.br

Palavras-chave: *Belle Époque*, Urbanização, Regionalismo

Key-words: *Belle Époque*, Urbanization, Regionalism

O estudo sobre as cidades no campo da história tem sido alvo de mudanças sensíveis no que toca as perspectivas teóricas e o tratamento do objeto. Segundo observa Ronald Raminelli, depois de obras clássicas sobre as cidades medieval e renascentista, as abordagens de Lewis Mumford, George Simmel e Max Weber acerca da cidade metropolitana do século XX, uma nova historiografia parece ganhar espaço com os trabalhos de autores como Walter Benjamin e Marshall Berman.

Raminelli salienta que na historiografia brasileira a maioria das análises suscitaria a repetição de resultados de pesquisa: os historiadores brasileiros estariam mais preocupados em seguir os caminhos trilhados por Benjamin e Berman do que em realizar verdadeiras pesquisas históricas para os casos brasileiros. Neste sentido, parece importante também considerar dentro dos próprios casos brasileiros as peculiaridades presentes em cada cidade, pois cada caso, a despeito de sua dimensão geral, coloca questões muito específicas, construídas a partir de temporalidades e circunstâncias históricas peculiares.

O estudo de Fransérgio Follis se coloca nessa perspectiva. O autor analisa uma realidade bastante específica – Franca, cidade localizada no oeste paulista, entre 1890 e 1940 – afirmando não ter aí se observado, como no Rio de Janeiro, São Paulo, Manaus, Curitiba e Belém, por exemplo, plano de remodelação urbana, ficando o processo de modernização da cidade por conta

da ação da Câmara e da prefeitura, apoiadas em grande medida pelo capital privado dos produtores de café.

Essa observação coloca outra questão de grande relevância: as fronteiras do público e do privado na construção do espaço urbano. Privada de um plano de reformas, Franca foi-se modificando muitas vezes ao mero sabor das aspirações da elite local. Follis observa que os cafeicultores em ascensão econômica, a partir do final do século XIX, passaram a residir na cidade a fim de melhor participar das decisões políticas. É notável aqui o fato de Franca não ter tido uma figura ilustrada que comandasse algum plano de ação racional sobre o espaço urbano, mas ainda assim, a elite local apresentar anseios de remodelação da paisagem urbana. Esse quadro guarda relações profundas de atribuição de significado por parte dessa parcela rica da sociedade.

Como enfatiza Follis, se há em Franca um sentido central na transformação das estruturas urbanas, este está ligado à superação de uma paisagem colonial. Dessa maneira, o caso de Franca relativiza a importância do fator econômico como norteador de obras importantes, como saneamento e alargamento das ruas. Os melhoramentos da urbe obedeciam mais às necessidades de embelezamento e melhoramento das condições de higiene do que à expansão da produção e distribuição capitalistas. Conquanto tenha a economia francana permanecido eminentemente agrária, fundamentada na lavoura cafeeira, até pelo menos fins da década de 1930, quando têm início as atividades da indústria calçadista, a sua paisagem urbana fora substituída. A imagem agrária não agradava na medida em que projetava signos do passado colonial.

Follis também salienta que em Franca não houve expulsão forçada de populações pobres do centro para as periferias. Isso se explica pela ausência de recursos públicos para arcar com possíveis despesas de desapropriações, mas também, e talvez centralmente, porque o centro de Franca era já habitado em larga medida pela elite local. Aqui mais uma vez vemos a importância do capital privado na construção do centro urbano moderno em Franca, e a correlata confusão entre o público e o privado nessa relação em que muitas vezes a oligarquia local poderá ver nas ruas e nos jardins públicos os edifícios de seu cabedal particular. Daí valer a fórmula de A. L. Martins, ““O espaço urbano aparece como solução dupla: instrumento de aplicação do capital de uma oligarquia enriquecida com o café e local de exercício da civilidade que tal grupo pretendia”” (FOLLIS, 2004:33).

O tripé haussmanniano, *embelezamento, higienização e racionalização do espaço urbano*, organiza a obra de Follis em cinco capítulos: o primeiro versa sobre a modernização do espaço urbano no mundo e no Brasil de maneira geral, já introduzindo o caso de Franca; os três subseqüentes versam, respectivamente, sobre a racionalização do espaço, a higienização e o embelezamento; o quinto e último capítulo trata de dois processos correlatos, a implantação dos serviços urbanos modernos e a exclusão social.

O embelezamento e a higienização são aspectos, como falamos, concernentes ao anseio da elite local e das autoridades governamentais em dar à cidade o caráter de centro urbano moderno e civilizado. Faz-se isso através de novos impostos destinados à coleta do lixo e à limpeza pública em geral, a exemplo do aumento em 10 % no imposto predial, assim chamado *taxa do lixo*, de 1905 (FOLLIS, 2004:71). Em 1910, um Código Municipal formaliza a coleta de águas utilizadas por particulares: as carroças da limpeza pública haveriam de recolher casa por casa tais águas, devidamente colocadas em “recipientes especiais”. Em 1920, ficou proibido latas e caixotes de lixo expostos nas calçadas, tornado-se obrigatório o uso de vasilhames de zinco ou ferro galvanizado, devidamente tampados.

No tocante ao embelezamento, vemos mais uma vez a elite francana figurar no centro do processo de substituição do centro colonial por uma paisagem moderna. Prezava-se pela *elegância* que poderia advir de novos prédios arquitetonicamente mais suntuosos e arrojadados. O código de 1910 impõe regras claras às construções de casas, especialmente as de fachada, estabelecendo alturas mínimas para os portões que dessem entrada a quintais ou terrenos no *perímetro central* (FOLLIS, 2004:93).

A partir desse quadro, o autor nota que as exigências para construções não só de residências, mas também de muros e mesmo calçadas, bem como os novos tributos cobrados, dificultou determinadamente a permanência das camadas pobres no centro da cidade. Daí a “(...) fuga desses desprovidos para os bairros periféricos onde as exigências quanto ao embelezamento, à higienização e à racionalização do espaço citadino era, menores e menos fiscalizadas” (FOLLIS, 2004: 93). A propósito, o tema da racionalização do espaço público, aspecto talvez mais próximo das influências capitalistas, que pressuporia um espaço racional para a melhor dinamização da produção e da circulação de bens, aparece nevrálgicamente ligado à questão da *imagem civilizada* da nova cidade. Follis salienta que em Franca “(...) as avenidas surgiram essencialmente como símbolos de uma nova época, e não como uma necessidade prática virtual”

(FOLLIS, 2004:58). Lewis Mumford faz essa mesma observação para as cidades do interior dos EUA, ao que Follis identifica como uma semelhança em relação ao caso francano. Assim escreve L. Mumford: “a rua ou avenida larga era estimada como um símbolo do progresso: a tal ponto que era traçada com uma amplitude que não tinha relação funcional com o seu uso presente ou potencial” (in FOLLIS, 2004: 58).

Franca então se lançava na aventura da modernidade como experiência singular. O capítulo último do livro, como dissemos, é dedicado a uma reflexão sobre o processo de modernização da cidade de Franca e suas conseqüências entre as camadas menos favorecidas, o que se revela como um processo sensível de exclusão social. O que salta aos olhos em meio à toda a onda de modernização é que os melhoramentos acabaram ficando adstritos às áreas centrais da *urbe*. Daí notar a ausência nos arrabaldes de redes de esgoto, luz elétrica, sistema de transportes, ajardinamento, ruas alargadas, enfim, tudo aquilo que denotasse a civilidade e os efetivos gradientes no nível de vida agora então possíveis na cidade.

Explorando os arquivos francanos, entre documentações oficiais e periódicos da época, Follis vai trilhando os caminhos de uma cidade que encarnara a *belle époque* paulista numa perspectiva um tanto peculiar. No esteio de vasta pesquisa empírica, Follis realiza um duplo trabalho: relativiza os estudos brasileiros sobre as cidades em relação aos casos estrangeiros e o repete para os próprios casos brasileiros que se mostram também bastante peculiares.

Por tudo isso, essa eminente dissertação de mestrado defendida no âmbito da UNESP/Franca, apresentada agora em livro à comunidade acadêmica, e aos leitores em geral, figura como emblema de uma nova percepção e de uma nova posição do historiador brasileiro afinado com as questões regionais/locais, em particular, e com a própria trajetória das cidades brasileiras, em geral, suscitando em última análise indagações importantes relacionadas à *recepção* de novas idéias (pautadas na tríade *modernidade, progresso, civilização*) pela sociedade brasileira.